

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

***CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA
(CP-T/2019)***

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE MATERIAL
EXTRA**

**SEGURANÇA DO TRÁFEGO
AQUAVIÁRIO**

QUESTÃO 1

Após constatada infração, um Auto de Infração é lavrado e entregue ao infrator. Conforme preconizado na Lei nº 9.537, para apresentar sua defesa, o infrator dispõe de:

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 5 (cinco) dias úteis.
- (C) 30 (trinta) dias corridos.
- (D) 8 (oito) dias a partir do conhecimento.
- (E) 15 (quinze) dias úteis.

QUESTÃO 2

De acordo com a lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, a Autoridade Marítima (por intermédio de suas organizações competentes), o Órgão Federal de Meio Ambiente e o Órgão Estadual de Meio Ambiente possuem em comum uma atribuição. Assinale a opção que apresenta essa atribuição.

- (A) Comunicar ao órgão regulador da indústria do petróleo irregularidades encontradas durante a fiscalização de navios, plataformas e suas instalações de apoio, quando atinentes à indústria do petróleo.
- (B) Levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes com navios, plataformas e suas instalações de apoio que tenham provocado danos ambientais.
- (C) Avaliar os danos ambientais causados por incidentes nos portos organizados, dutos, instalações portuárias, navios, plataformas e suas instalações de apoio.
- (D) Avaliar os danos ambientais causados por incidentes nas marinas, clubes náuticos e outros locais e instalações similares, e elaborar relatório circunstanciado.
- (E) Levantar dados e informações e apurar responsabilidades sobre os incidentes operacionais que, ocorridos em plataformas e suas instalações de apoio, instalações portuárias ou dutos, tenham causado danos ambientais.

QUESTÃO 3

Assinale a opção que apresenta a sanção que NÃO corresponde às punições previstas no Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas perigosas em águas sob jurisdição nacional.

- (A) Multa.
- (B) Apreensão do navio.
- (C) Doação do produto.
- (D) Advertência.
- (E) Embargo da atividade.

QUESTÃO 4

De acordo com o Decreto nº 4.136, de 20 de fevereiro de 2002, o período considerado reincidência (repetição da prática de infração, de mesma natureza, pelo mesmo infrator) é de até:

- (A) 4 (quatro) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 10 (dez) anos.
- (D) 3 (três) anos.
- (E) 6 (seis) anos.

QUESTÃO 5

De acordo com a Lei 12.815, terminal de uso privado significa:

- (A) instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros ou mercadorias em embarcações de navegação interior.
- (B) instalação localizada dentro ou fora da área do porto organizado e utilizada em movimentação de passageiros, em movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.
- (C) área delimitada por ato do Poder Executivo que compreende as instalações portuárias e a infraestrutura de proteção e de acesso ao porto organizado.
- (D) instalação portuária explorada mediante autorização e localizada fora da área do porto organizado.
- (E) instalação portuária explorada mediante autorização, localizada fora da área do porto organizado e utilizada exclusivamente para operação de transbordo de mercadorias em embarcações de navegação interior ou cabotagem.

QUESTÃO 6

Segundo a NORMAM-09/DPC, que trata de Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN) e para a Investigação de Segurança dos Acidentes e Incidentes Marítimos (ISAIM), é correto afirmar que:

- (A) no IAFN não há instaurado o princípio do contraditório, sendo mera fase de coleta de provas, com isso não cabe a participação da parte interessada, durante o processo do IAFN até sua conclusão final.
- (B) o IAFN deve ser instaurado imediatamente ou até o prazo de 10 (dez) dias, contados da data do conhecimento do Acidente ou Fato da Navegação.
- (C) é cabível a instauração de IAFN no caso de Acidente ou Fato da Navegação envolvendo navio da Marinha do Brasil, salvo se empregado em atividade comercial.
- (D) o advogado, cuja presença é obrigatória durante a tomada de depoimentos de seu cliente, pode interferir na oitiva, podendo atuar no sentido de orientar esse cliente para apresentar protesto.
- (E) o inquérito deverá ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instauração até a ciência e o "de acordo" do Capitão dos Portos (CP), Delegado (Del) ou Agente (Ag).

QUESTÃO 7

De acordo com o ISM Code, quanto à Certificação e Verificação Periódica, se uma verificação de renovação foi concluída e um novo Certificado de Gerenciamento de Segurança não pode ser emitido ou colocado a bordo do navio antes da data de expiração do certificado existente, a administração ou uma organização reconhecida pela Administração poderá endossar o certificado existente e este deverá ser aceito como válido por um período que não deverá exceder, a contar da data de expiração:

- (A) 1 mês.
- (B) 3 meses.
- (C) 5 meses.
- (D) 6 meses.
- (E) 1 ano.

QUESTÃO 8

Embarcações que possuam um Sistema de Tratamento de Água de Lastro (BWMS) operacional e com o respectivo Certificado Internacional válido, emitido pela Autoridade Competente de Bandeira, estão dispensadas de cumprirem algumas medidas previstas na NORMAM-20/DPC (levando-se em consideração as Diretrizes envolvidas pela IMO). Marque a opção que apresenta uma dessas medidas.

- (A) É proibida a descarga de água de Lastro nas Áreas Ecologicamente Sensíveis e em Unidades de Conservação da Natureza (UC) ou em outras áreas cautelares estabelecidas pelos órgãos ambientais ou sanitários, em Águas Jurisdicionais Brasileiras, quando plotadas em carta náutica.
- (B) Embarcações que não fizerem o deslastro, tendo em vista situações emergenciais ou particulares, previstas em Norma, deverão, da mesma forma, apresentar o Formulário sobre Água de Lastro.
- (C) Quando a embarcação utilizar o método de Fluxo Contínuo ou Diluição para a troca de Água de Lastro poderá bombear, no mínimo, até duas vezes o volume do tanque.
- (D) As embarcações deverão realizar a troca de Água de Lastro a partir de 100 milhas náuticas da terra mais próxima e em águas com pelo menos 200 metros de profundidade.
- (E) As embarcações, ao realizarem a troca de Água de Lastro, deverão fazê-lo com uma eficiência de pelo menos 95% de troca volumétrica de Água de Lastro.

QUESTÃO 9

De acordo com a NORMAM-25/DHN, os órgãos públicos da Administração Federal, as Autarquias e as Entidades Paraestatais Federais estão dispensados da necessidade da inscrição para a execução de Levantamento Hidrográfico (LH) em AJB; devendo, no entanto, no interesse da segurança da navegação, participar formalmente a intenção de executar um LH. Para tal, devem encaminhar correspondência oficial ao CHM, conforme o modelo de:

- (A) Requerimento para Inscrição no Cadastro de Entidades Executantes de Levantamentos Hidrográficos (CEELH).
- (B) Comunicação de Execução de LH.
- (C) Declaração de Execução de LH sem vínculo com Entidade Contratante (EC).
- (D) Requerimento de Autorização para Execução de LH.
- (E) Autorização para Execução de LH.

QUESTÃO 10

De acordo com a Lei nº 2.180, de 3 de fevereiro de 1.954, o Tribunal Marítimo compor-se-á de sete juízes a saber:

- (A) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada da ativa ou na inatividade; dois Juízes Militares, Oficiais de Marinha, na inatividade; e quatro Juízes Cíveis.
- (B) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada na inatividade; quatro Juízes Militares, Oficiais de Marinha, na inatividade; e dois Juízes Cíveis.
- (C) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada na inatividade; três Juízes Militares, Oficiais de Marinha, na inatividade; e três Juízes Cíveis.
- (D) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada da ativa; quatro Juízes Militares, Oficiais de Marinha, na inatividade; e dois Juízes Cíveis.
- (E) um Presidente, Oficial-General do Corpo da Armada da ativa ou na inatividade; quatro Juízes Militares, Oficiais de Marinha, na inatividade; e dois Juízes Cíveis.

QUESTÃO 11

Considerando as Áreas Seletivas para a Navegação, constante na NORMAM-07/DPC, foram estabelecidos alguns limites em áreas com frequência de banhistas. Dentre esses limites, é estabelecida a velocidade à qual as embarcações, de propulsão a motor ou à vela, deverão obedecer em aproximação, da linha de base, para fundear. Essa velocidade, preservando a segurança dos banhistas, é de:

- (A) até 5 (cinco) nós.
- (B) até 3 (três) nós.
- (C) 2 (dois) nós.
- (D) até 7 (sete) nós.
- (E) 4 (quatro) nós.

QUESTÃO 12

Quais são os valores, mínimo e máximo, das multas referentes às infrações imputáveis aos autores materiais, de acordo com o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.537 (LESTA)?

- (A) R\$ 200,00 e R\$ 3.200,00.
- (B) R\$ 40,00 e R\$ 2.800,00.
- (C) R\$ 40,00 e R\$ 2.200,00.
- (D) R\$ 40,00 e R\$ 3.200,00.
- (E) R\$ 200,00 e R\$ 800,00.

QUESTÃO 13

De acordo com o ISPS Code, marque a opção que apresenta um item de Nível de Proteção 2 quanto ao monitoramento da proteção das instalações portuárias.

- (A) Observar os pontos de acesso, barreiras e áreas de acesso restrito.
- (B) Observar a área geral das instalações portuárias, incluindo pontos de acesso a ela tanto por terra quanto por água.
- (C) Ligar todos os equipamentos de vigilância capazes de gravar atividades dentro das instalações portuárias ou adjacentes a elas.
- (D) Designação de pessoal adicional responsável pela proteção para realizar a monitoração e patrulhamento.
- (E) Acender todas as luzes dentro das instalações portuárias ou iluminar as vizinhanças das instalações portuárias.

QUESTÃO 14

De acordo com a NORMAM-25/DHN, o levantamento hidrográfico (LH) realizado em AJB com a participação de Organizações estrangeiras, governamentais ou privadas, ressalvados os LH decorrentes de acordos ou tratados internacionais em vigor, dependerá de prévia Autorização do:

- (A) Centro de Hidrografia da Marinha.
- (B) Diretor de Hidrografia e Navegação.
- (C) Presidente da República.
- (D) Estado-Maior da Armada.
- (E) Diretor Geral de Navegação.

QUESTÃO 15

De acordo com a NORMAM-30/DPC, quanto à execução de cursos do EPM por Entidades Extra-Marinha do Brasil, para a elaboração do instrumento a ser firmado entre as partes, deverá ser considerado, minimamente pela entidade credenciada, o seguinte tópico:

- (A) supervisionar os cursos objeto do credenciamento.
- (B) não alterar o programa de cursos objeto do credenciamento sem prévia autorização do Órgão Executor (OE).
- (C) assegurar o pagamento dos serviços pactuados quando cabível.
- (D) emitir os certificados de aproveitamento no curso.
- (E) definir, sempre que julgado conveniente, qual a metodologia e o material didático a serem empregados, de modo que os objetivos do curso sejam alcançados.

QUESTÃO 16

Navios Químicos, de bandeira brasileira ou bandeira estrangeira, quando transportando substâncias líquidas nocivas, devem possuir um Certificado previsto no Código IBC (Código Internacional de Produtos Químicos a Granel) ou BCH (Código de Produto Químico a Granel), conforme preconizado na NORMAM-29/DPC. Marque a opção que apresenta esse certificado.

- (A) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (Certificate of Fitness).
- (B) Certificado de Substância Líquida Nociva - Certificado NLS (NLS Certificate).
- (C) Certificado de Classe.
- (D) Documento de Conformidade.
- (E) Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Óleo (IOPP Certificate).

QUESTÃO 17

Segundo a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que trata sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, uma das medidas administrativas que a Autoridade Marítima pode adotar é:

- (A) multa.
- (B) suspensão do certificado de habilitação.
- (C) cancelamento do certificado de habilitação.
- (D) embargo de construção, reparo ou alteração das características de uma embarcação.
- (E) demolição de obras e benfeitorias.

QUESTÃO 18

De acordo com a NORMAM-30/DPC, os Órgãos de Execução (OE) são incumbidos de realizar os cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM). Marque a opção que apresenta um OE:

- (A) Agências das Capitânicas dos Portos.
- (B) Escola Naval.
- (C) Diretoria de Portos e Costas.
- (D) Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão.
- (E) Centro de Instrução Almirante Alexandrino.

QUESTÃO 19

De acordo com o parágrafo 1º, Artigo 16, da Lei nº 9.966, que dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, os esgotos sanitários e as águas servidas de navios, plataformas e suas instalações são equiparados, em termos de critérios e condições para lançamento, de acordo com o risco produzido, à categoria:

- (A) alto risco.
- (B) risco moderado.
- (C) não se considera risco.
- (D) médio risco.
- (E) baixo risco.

QUESTÃO 20

De acordo com o ISPS Code, todo o pessoal das Instalações Portuárias que não é aquele com funções específicas relacionadas nem com a proteção nem com o Funcionário de Proteção deve ter conhecimento ou receber treinamento quanto aos seguintes pontos:

- (A) conhecimento das ameaças e padrões atuais de proteção.
- (B) gestão de multidões e técnicas de controle.
- (C) operações dos sistemas e equipamentos de proteção.
- (D) métodos de revista física de pessoas, objetos pessoais, bagagem, carga e provisões do navio.
- (E) reconhecimento e detecção de armas, substâncias e dispositivos perigosos.

QUESTÃO 21

Marque a opção que apresenta um acidente da navegação, de acordo com o art. 14, da Lei nº 2.180, de 3 de fevereiro de 1.954.

- (A) Alteração de rota.
- (B) Avaria ou defeito no navio, nas suas instalações, que ponham em risco a embarcação, as vidas e fazendas de bordo.
- (C) Má estivação da carga.
- (D) Recusa injustificada de socorro à embarcação em perigo.
- (E) Emprego da embarcação, no todo ou em parte, na prática de atos ilícitos.

QUESTÃO 22

De acordo com a NORMAM-02/DPC, qual embarcação poderá preencher os requisitos legais para o registro no REB?

- (A) As embarcações destinadas à dragagem, se operadas por empresa brasileira, registrada no TM, por requerimento.
- (B) As embarcações brasileiras de esporte e recreio, inscritas na CP/DL/AG, por requerimento.
- (C) As embarcações brasileiras existentes, se operadas por empresa brasileira, registrada no TM, por requerimento.
- (D) As embarcações de turismo, se operadas ou não por empresa brasileira, registrada no TM, por requerimento.
- (E) As embarcações de pesquisa e de pesca, se operadas ou não por empresa brasileira, registrada no TM, por requerimento.

QUESTÃO 23

Estão dispensadas da Inscrição Temporária (IT), segundo a NORMAM-04/DPC, as embarcações:

- (A) de passageiros em cruzeiro marítimo afretado por empresa brasileira.
- (B) afretadas para operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras por um período igual ou inferior a 30 (trinta) dias a cada 6 (seis) meses.
- (C) de pesquisa ou investigação científica.
- (D) miúdas.
- (E) afretadas por empresa brasileira de navegação para realizar uma ou mais viagens, na navegação interior.

QUESTÃO 24

De acordo com a Lei 9.432, a ordenação da direção civil do transporte aquaviário em situação de tensão, emergência ou guerra terá sua composição, organização administrativa e âmbito de coordenação nacional definidos:

- (A) Pelos Poderes Judiciário e Executivo.
- (B) Pelos Poderes Judiciário e Legislativo.
- (C) Pelo Poder Judiciário.
- (D) Pelo Poder Legislativo.
- (E) Pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 25

Após o Plano de Gerenciamento de Água de Lastro de uma embarcação e seu Formulário serem verificados pelo agente da Autoridade Marítima, foi constatada uma infração. Sobre essa situação, assinale a opção que apresenta o responsável pela infração, prevista na NORMAM-20/DPC, que trata sobre Gerenciamento da Água de Lastro de Navios.

- (A) Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que legalmente representa a embarcação.
- (B) Agente de Manobra e Docagem.
- (C) O concessionário ou a empresa autorizada a exercer atividades pertinentes à indústria do petróleo.
- (D) Construtor da embarcação.
- (E) Oficial de segurança da embarcação.

QUESTÃO 26

De acordo com a NORMAM-15/DPC, é obrigatório o emprego da câmara hiperbárica, EXCETO em:

- (A) Escolas de Mergulho.
- (B) Mergulhos com descompressão na superfície.
- (C) Mergulhos realizados até a profundidade de trinta metros.
- (D) Mergulhos realizados até a profundidade de vinte e cinco metros.
- (E) Mergulhos realizados até a profundidade de vinte metros.

QUESTÃO 27

De acordo com a NORMAM-10/DPC, as coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico resgatados, permanecerão sob a guarda e responsabilidade de seu explorador, designado fiel depositário de bens da União. Para efeito de incorporação ao Patrimônio da União, as peças serão submetidas a uma Comissão de Peritos, já incluído o Presidente da Comissão, a qual será composta por:

- (A) 3 representantes da MB e 3 membros indicados pelo Ministério da Cultura.
- (B) 3 representantes da MB e 2 membros indicados pelo Ministério da Cultura.
- (C) 2 representantes do MB e 1 membro indicado pelo Ministério da Cultura.
- (D) 3 representantes da MB.
- (E) 3 membros indicados pelo Ministério da Cultura.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei 7.203, que dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Competem ao Ministério da Marinha a coordenação e controle das atividades de assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.
- (B) É facultado ao Armador ou ao Proprietário da embarcação, coisa ou bem em perigo, o direito de escolha do salvador, porém a Autoridade Naval poderá intervir em operações de assistência e salvamento, ou providenciá-la, quando necessário, para prevenir, controlar ou evitar danos à propriedade de terceiros ou ao meio ambiente.
- (C) Prescreve em 2 (dois) anos a ação de qualquer salvador para exigir a remuneração pelos serviços prestados, contados do dia em que terminarem as operações de assistência e salvamento, exceto os casos quando há interrupção na prescrição.
- (D) Até a cessação da intervenção pela Autoridade Naval, na operação de assistência e salvamento, o proprietário ou armador da embarcação assistida ficará isento da responsabilidade por danos a terceiros ou ao meio ambiente.
- (E) Qualquer ato de assistência e salvamento que tenha resultado útil dará direito a uma remuneração equitativa, que não poderá exceder o valor da embarcação, coisas ou bens salvos.

QUESTÃO 29

A realização das obras localizadas sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras (NORMAM-11/DPC) dependerá da emissão do "Parecer Favorável" emitido pela Autoridade Marítima. Os pareceres têm validade de 4 anos, EXCETO para atividade de:

- (A) construção de porto.
- (B) construção de áreas aquícolas.
- (C) dragagem.
- (D) lançamento de cabos e dutos submarinos.
- (E) construção de pontes sobre águas.

QUESTÃO 30

Acordo NORMAM 02/DPC, somente quem poderá prorrogar, em casos excepcionais, a validade do CSN? Para tal, a empresa ou proprietário, ou seu preposto, deverá, com antecedência de, pelo menos, quantos dias do vencimento do Certificado, dar entrada do pedido formal à CP, DL e AG de inscrição ou operação?

- (A) DN - 30 dias
- (B) CP/DL/AG - 60 dias
- (C) DN - 60 dias
- (D) CP/DL/AG - 90 dias
- (E) DPC - 90 dias

QUESTÃO 31

Conforme NORMAM-11/DPC, determinar a emissão e aprovar Parecer relativo à cessão de uso de espaços de aquicultura, no que concerne à segurança da navegação, compete:

- (A) ao Diretor de Portos e Costas (DPC).
- (B) ao Comandante dos Distritos Navais (DN).
- (C) ao Diretor de Hidrografia e navegação (DHN).
- (D) aos Capitães dos Portos (CP) e seus Delegados (Del) e Agentes (Ag) subordinados.
- (E) ao Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

QUESTÃO 32

Uma embarcação rebocará uma Plataforma de Angra dos Reis-RJ para o Campo de Carcará-RN. Para efetuar esse reboque, a Plataforma deverá exibir Sinalização para Trânsito (Reboque), conforme o disposto na NORMAM-01/DPC, EXCETO:

- (A) luzes de bordo.
- (B) luz de alcançado.
- (C) duas luzes circulares dispostas em linha vertical, a superior branca e a inferior encarnada.
- (D) uma marca formada por dois cones unidos pelas bases, onde melhor possa ser visto, caso comprimento do reboque for superior a 200 metros.
- (E) caso a Plataforma rebocada não possa exibir as luzes de bordo e alcançado, por qualquer motivo, medidas deverão ser tomadas para iluminá-la ou, pelo menos, indicar sua presença.

QUESTÃO 33

De acordo com a NORMAM-13/DPC, com relação aos procedimentos para aplicação de penalidades de competência do Comandante da embarcação, marque a opção correta.

- (A) A penalidade poderá ser aplicada, ainda que não seja ouvido o acusado.
- (B) Poderá ser aplicada mais de uma penalidade pela mesma falta.
- (C) Essas penalidades não são extensivas aos profissionais não tripulantes que estejam embarcados ou trabalhando a bordo.
- (D) A penalidade de desembarque será aplicada mediante ou não inquérito procedido a bordo.
- (E) O Comandante deve mencionar no Diário de Navegação as penalidades que tiver imposto e especificar os motivos, exceto para repreensão verbal.

QUESTÃO 34

Segundo a NORMAM-04/DPC, embarcação em condição "Laid-up" significa embarcação:

- (A) em situação especial, caracterizada pela paralização de sua condição normal de operação especial.
- (B) autorizada a operar (por até noventa dias) aguardando a emissão da Declaração de Conformidade.
- (C) de bandeira estrangeira afretada e autorizada a operar nas navegações de cabotagem, apoio marítimo, apoio portuário e interior.
- (D) temporariamente docada ou atracada em instalações portuárias ou estaleiros, parcialmente ou totalmente desguarnecida, aguardando seu retorno às atividades comerciais.
- (E) estrangeira, arrendada ou afretada a casco nu, por empresas, amadores ou cooperativas brasileiras.

QUESTÃO 35

Coloque F (Falso) ou V (Verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação ao transporte de cargas perigosas embaladas. São regulamentos aos quais as embarcações de bandeira brasileira ou de bandeira estrangeira, transportando cargas perigosas embaladas, deverão atender, conforme NORMAM-29/DPC:

- () Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar.
 - () Convenção Internacional para Arqueação dos Navios.
 - () Guia Médico de Primeiros Socorros para Uso em Acidentes Envolvendo Cargas Perigosas.
 - () Código Internacional de Gerenciamento de Segurança.
 - () Código Internacional para Transporte de Carga Perigosa.
- (A) (V) (F) (F) (F) (V)
(B) (F) (F) (V) (F) (F)
(C) (V) (V) (F) (V) (V)
(D) (F) (V) (V) (F) (F)
(E) (V) (F) (V) (F) (V)

QUESTÃO 36

De acordo com a NORMAM-08/DPC, as embarcações que adentrarem irregularmente nas áreas de segurança das plataformas de petróleo e demais unidades offshore poderão ser notificadas pelos Agentes da Autoridade Marítima. Para isso, o responsável pela plataforma ou unidade offshore deverá encaminhar, por meio de correio eletrônico, o formulário de Denúncia de Invasão na Área de Segurança de Plataforma de Petróleo e demais Unidades Offshore:

- (A) à CP/DL/AG
- (B) ao COMCONTRAM
- (C) ao CISMAR
- (D) à DGN
- (E) à DHN

QUESTÃO 37

A supervisão da operação de auxílios à navegação, segundo a NORMAM-17/DHN, compete:

- (A) aos Comandos dos Distritos Navais (ComDN).
- (B) ao Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).
- (C) ao Centro de Sinalização Náutica "Almirante Moraes Rego" (CAMR).
- (D) às Capitania dos Portos (CP) e suas Delegacias (Del) e Agências (Ag).
- (E) à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

QUESTÃO 38

De acordo com o ISPS Code, é dever do Funcionário de Proteção da Companhia:

- (A) assegurar que, caso haja equipamentos de proteção, estes sejam adequadamente operados, testados, calibrados e mantidos.
- (B) assegurar a elaboração, apresentação para aprovação e posterior implementação e manutenção do plano de proteção do navio.
- (C) reportar todos os incidentes de proteção.
- (D) propor alterações ao plano de proteção do navio.
- (E) coordenar os aspectos de proteção do manuseio de cargas e de provisões do navio com o pessoal de bordo e com os funcionários relevantes responsáveis pela proteção das instalações portuárias.

QUESTÃO 39

O Brasil adotou, para as Águas Jurisdicionais Brasileiras, o Sistema de Balizamento Marítimo - Região "B" (da IALA - Associação Internacional de Autoridades em Auxílios à Navegação Marítimas e Faróis). As categorias de sinais, de acordo com a NORMAM-17/DHN, que compõem esse sistema, são:

- (A) sinais laterais, sinais cardinais, sinais de perigo isolado, sinais de águas seguras e sinais especiais.
- (B) sinais laterais, sinais cardinais, sinais de perigo isolado, sinais luminosos e sinais cegos.
- (C) sinais cegos, sinais luminosos, sinais náuticos, sinais flutuantes e sinais fixos.
- (D) sinais náuticos, sinais de águas seguras, sinais flutuantes, sinais especiais e sinais fixos.
- (E) sinais cegos, sinais de perigo isolado, sinais especiais, sinais náuticos e sinais cardinais.

QUESTÃO 40

Segundo a NORMAM-09/DPC, a arribada de uma embarcação é considerada injustificada, tornando obrigatória a instauração de IAFN, quando:

- (A) solicita-se abrigo em caso de mau tempo.
- (B) faltam víveres ou aguada.
- (C) substitui-se o porto de destino.
- (D) é acrescentado um porto de escala para abastecimento.
- (E) é desembarcado corpo de tripulante ou passageiro, que tenha falecido de morte natural.

QUESTÃO 41

De acordo com a NORMAM-13/DPC, para a concessão da Licença de categoria/Capacidade Superior, deve-se levar em consideração se há licenças anteriores, se o Aquaviário já exerceu funções sob licença e quantas no período de doze meses. Por período de doze meses, só deverão ser concedidas para um aquaviário em uma mesma categoria até duas licenças. Esgotado esse número de licenças, deverá ser respeitado período de carência de quanto tempo para concessão de nova licença na mesma categoria?

- (A) 3 meses.
- (B) 6 meses.
- (C) 1 ano.
- (D) 1 ano de 6 meses.
- (E) 2 anos.

QUESTÃO 42

De acordo com a NORMAM-15/DPC, marque a opção que NÃO é considerada condição perigosa e/ou especial.

- (A) Trabalho com correntezas superiores a 1,5 nó.
- (B) Trabalho em mar aberto.
- (C) Estado de mar igual ou superior a 4, tendo como referência a Escala Beaufort.
- (D) Trabalho em baixa visibilidade (igual ou inferior a três metros).
- (E) Mergulhos com mais de 33 metros de distância do ponto de partida e/ou do sino de mergulho para o local efetivo do trabalho.

QUESTÃO 43

De acordo com a NORMAM-08/DPC, assinale a opção correta em relação à adesão obrigatória dos Sistemas SISTRAM, LRIT e/ou SIMMAP.

- (A) Embarcações estrangeiras, quando navegando no mar territorial ou em águas interiores brasileiras, devem aderir ao SISTRAM e LRIT.
- (B) Unidades móveis de perfuração off-shore, de bandeira brasileira, devem aderir ao SISTRAM e LRIT.
- (C) As Embarcações autorizadas a realizar aquisição de dados relacionados à atividade do petróleo e do gás natural, ou quaisquer outras que utilizam reboques de petrechos em suas atividades nas AJB, devem aderir ao SISTRAM, LRIT e SIMMAP.
- (D) As embarcações de bandeira brasileira ou afretados por armadores brasileiros, em navegação de Longo Curso ou de Cabotagem, navegando em qualquer área marítima do mundo, devem aderir ao SISTRAM e LRIT.
- (E) Embarcações de carga, inclusive embarcações de alta velocidade, com AB igual ou maior a 300, de bandeira brasileira, engajadas ou não em viagens internacionais, devem aderir ao SISTRAM, LRIT e SIMMAP.

QUESTÃO 44

De acordo com o ISM Code, quanto à Certificação e Verificação Periódica, se um navio, no momento em que o Certificado de Gerenciamento de Segurança expirar, não estiver no porto no qual tenha que ser verificado, a Administração poderá prorrogar o prazo de validade do Certificado, porém nenhum Certificado de Gerenciamento de Segurança deverá ser prorrogado por um período maior que:

- (A) 1 mês.
- (B) 3 meses.
- (C) 5 meses.
- (D) 6 meses.
- (E) 1 ano.

QUESTÃO 45

De acordo com o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (RLESTA), correlacione as infrações às penalidades e assinale, em seguida, a opção correta:

INFRAÇÕES

- I- Não portar Cartão de Tripulação de Segurança (CTS).
- II- Apresentar-se com a dotação de itens e equipamentos de bordo incompleta.
- III- Efetuar as marcas de borda livre em desacordo com as especificações do respectivo Certificado.
- IV- Conduzir embarcação em estado de embriaguêz ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei.
- V- Conduzir embarcação ou contratar tripulantes sem habilitação para operá-la.

PENALIDADES

- () Multa ou suspensão do Certificado de Habilitação até 30 dias.
- () A reincidência sujeitará à pena de cancelamento do Certificado de Habilitação.
- () Multa ou suspensão do Certificado de Habilitação até 120 dias.
- () Multa.
- () Multa ou suspensão do Certificado de Habilitação até 60 dias.

- (A) (III) (I) (II) (V) (IV)
- (B) (V) (II) (III) (I) (IV)
- (C) (I) (III) (V) (II) (IV)
- (D) (IV) (V) (I) (III) (II)
- (E) (II) (IV) (I) (V) (III)

QUESTÃO 46

De acordo com a NORMAM-03/DPC, que trata sobre Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas, é correto afirmar que:

- (A) não é permitido tráfego e fundeio de embarcações de esporte e/ou recreio a menos de 300 (trezentos) metros de unidades estacionárias de produção de petróleo.
- (B) é proibido transporte de criança com idade inferior a 6 (seis) anos em dispositivos flutuantes rebocados, do tipo banana boat e disc boat.
- (C) um dos assuntos que poderá ser abordado no Conselho de Assessoramento são as ações de fiscalização compartilhada, na faixa de praias e margens de rio ou lago, observando o que prescrevem os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Gerenciamento Costeiro, Plano Diretor, Plano de Zoneamento e Plano de Uso das Águas.
- (D) Stand-up Padle, Wind Surf, Kite Surf são caracterizados como embarcações por propiciarem a locomoção no meio aquático.
- (E) a transferência de propriedade e/ou jurisdição deverá ser requerida dentro do prazo de 30 (trinta) dias após aquisição para embarcações registradas e 60 (sessenta) dias para as embarcações inscritas.

QUESTÃO 47

Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo, de acordo com a NORMAM-03/DPC. O candidato que deseja efetuar sua inscrição para os exames de habilitação na categoria de Arrais-Amador (ARA) deverá apresentar um atestado comprovando treinamento de, no mínimo, ___ horas em embarcações de esporte e/ou recreio. Para a categoria de Motonauta (MTA), o treinamento deverá ser de, no mínimo, ___ horas em embarcação tipo moto aquática.

- (A) 6 (seis) / 4 (quatro)
- (B) 6 (seis) / 3 (três)
- (C) 5 (cinco) / 4 (quatro)
- (D) 3 (três) / 2 (dois)
- (E) 5 (cinco) / 3 (três)

QUESTÃO 48

De acordo com a NORMAM-01/DPC, a escrituração do Livro de Registro de Óleo - Parte I (Operações no Espaço de Máquinas) - deverá ser executada por todas embarcações de carga (não petroleiros) e todas de passageiros com AB (Arqueação Bruta) maior ou igual a:

- (A) 100.
- (B) 200.
- (C) 300.
- (D) 400.
- (E) 500.

QUESTÃO 49

De acordo com o ISM Code, qual é a validade do Documento Provisório de Conformidade e o Certificado Provisório de Gerenciamento de Segurança, respectivamente?

- (A) 6 meses e 3 meses.
- (B) 6 meses e 6 meses.
- (C) 1 ano e 6 meses.
- (D) 1 ano e 1 ano.
- (E) 2 anos e 1 ano.

QUESTÃO 50

De acordo com a NORMAM-06/DPC, a validade do Acordo de Reconhecimento das Organizações Reconhecidas que atuam em nome da Autoridade Marítima Brasileira é de:

- (A) 5 (cinco) anos, podendo sofrer inspeções intermediárias para permanecer em acordo.
- (B) 1 (um) ano, podendo ser renovada ao final do período.
- (C) 10 (dez) anos, podendo ser revogada a qualquer momento.
- (D) 5 (cinco) anos, podendo ser renovada mediante requerimento.
- (E) 3 (três) anos, prorrogável por mais dois períodos de um ano.

RASCUNHO PARA REDAÇÃO

TÍTULO:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES GERAIS AO CANDIDATO

- 1 - Verifique se a prova recebida e a folha de respostas são da mesma cor (consta no rodapé de cada folha a cor correspondente) e se não faltam questões ou páginas. Escreva e assine corretamente seu nome, coloque seu número de inscrição e o dígito verificador (DV) apenas nos locais indicados;
- 2 - O tempo para a realização da prova será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo necessário à redação e à marcação das respostas na folha de respostas, e não será prorrogado;
- 3 - Só inicie a prova após ser autorizado pelo Fiscal, interrompendo sua execução quando determinado;
- 4 - A redação deverá ser uma dissertação com ideias coerentes, claras e objetivas, escritas em língua portuguesa. Deverá ter, no mínimo, 20 linhas contínuas, considerando o recuo dos parágrafos, e no máximo 30 linhas;
- 5 - Iniciada a prova, não haverá mais esclarecimentos. O candidato somente poderá deixar seu lugar, devidamente autorizado pelo Supervisor/Fiscal, para se retirar definitivamente do recinto de prova ou, nos casos abaixo especificados, devidamente acompanhado por militar designado para esse fim:
 - atendimento médico por pessoal designado pela MB;
 - fazer uso de banheiro; e
 - casos de força maior, comprovados pela supervisão do certame, sem que aconteça saída da área circunscrita para a realização da prova.
 Em nenhum dos casos haverá prorrogação do tempo destinado à realização da prova; em caso de retirada definitiva do recinto de prova, esta será corrigida até onde foi solucionada;
- 6 - Use caneta esferográfica preta ou azul para preencher a folha de respostas;
- 7 - Confira nas folhas de questões as respostas que você assinalou como corretas antes de marcá-las na folha de respostas. Cuidado para não marcar duas opções para uma mesma questão na folha de respostas (a questão será perdida);
- 8 - Para rascunho, use os espaços disponíveis nas folhas de questões, mas só serão corrigidas as respostas marcadas na folha de respostas;
- 9 - O tempo mínimo de permanência dos candidatos no recinto de aplicação de provas é de 2 (duas) horas.
- 10 - Será eliminado sumariamente do processo seletivo/concurso e suas provas não serão levadas em consideração o candidato que:
 - a) der ou receber auxílio para a execução da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação;
 - b) utilizar-se de qualquer material não autorizado;
 - c) desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução da Prova e da Redação;
 - d) escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras noutro lugar que não o determinado para esse fim;
 - e) cometer ato grave de indisciplina; e
 - f) comparecer ao local de realização da Prova escrita objetiva de conhecimentos profissionais e da Redação após o horário previsto para o fechamento dos portões.
- 11 - Instruções para o preenchimento da folha de respostas:
 - a) use caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) escreva seu nome em letra de forma no local indicado;
 - c) assine seu nome no local indicado;
 - d) no campo inscrição DV, escreva seu número de inscrição nos retângulos, da esquerda para a direita, um dígito em cada retângulo. Escreva o dígito correspondente ao DV no último retângulo. Após, cubra todo o círculo correspondente a cada número. Não amasse, dobre ou rasgue a folha de respostas, sob pena de ser rejeitada pelo equipamento de leitura ótica que a corrigirá; e
 - e) só será permitida a troca de folha de respostas até o início da prova, por motivo de erro no preenchimento nos campos nome, assinatura e número de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato qualquer erro ou rasura na referida folha de respostas, após o início da prova.
- 12 - Procure preencher a folha com atenção de acordo com o exemplo abaixo:

- 13 - Não será permitido levar a prova após sua realização. O candidato está autorizado a transcrever suas respostas, dentro do horário destinado à solução da prova, utilizando o modelo impresso no fim destas instruções, para posterior conferência com o gabarito que será divulgado. É proibida a utilização de qualquer outro tipo de papel para anotação do gabarito.

ANOTE SEU GABARITO										PROVA DE COR _____														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50